



18º Congresso Brasileiro de Sociologia
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

GT 21- Movimentos sociais rurais e Estado: conflitos territoriais e lutas por direitos e reconhecimento

Brasiguaios e a luta pela terra: percepções sobre a vida e trabalho no campo paraguaio e sobre o retorno ao Brasil

Silvia Lima de Aquino¹
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

¹ Doutora em Ciências Sociais pelo programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Campus Litoral Norte. Docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PPGPPD/UNILA).

Resumo

A migração é uma estratégia frequentemente empreendida no Brasil por diferentes grupos de agricultores na busca pelo acesso à terra, melhoria das condições de vida e/ou no limite, para garantir sua sobrevivência. É neste contexto que se inserem os agricultores brasiguaios. Estes agricultores se deslocaram, sobretudo, de outras regiões do sul do país (em especial do Rio Grande do Sul) para o Paraná e deste estado em direção ao Paraguai, em uma corrente migratória desencadeada a partir de 1960 e, desde 1980, têm retornado ao Brasil e se alojado em acampamentos de agricultores sem-terra, sobretudo, no Mato Grosso do Sul e Paraná. Este trabalho objetiva analisar a trajetória dos brasiguaios que retornaram ao Brasil, como demandantes de uma política de reforma agrária, a partir dos significados atribuídos pelos próprios aos deslocamentos. Examina-se os fatores que influenciaram no deslocamento destes sujeitos ao Paraguai e as condições que culminaram na decisão de retornar ao Brasil e ingressar na luta pela terra. O estudo se fundamenta em informações coletadas por um trabalho de campo com observação participante e aplicação de 12 entrevistas semiestruturadas a agricultores retornados e que estão acampados no Pré-Assentamento Nelson Mandela, situado em Lindoeste – PR. Dentre os fatores que motivam o retorno destaca-se a impossibilidade de aquisição de terras no Paraguai; a dificuldade de obtenção da documentação necessária para a permanência no Paraguai; a busca por serviços e políticas públicas disponibilizados no Brasil e, por fim, a atuação da frente de massas do MST, que percorre áreas no Paraguai em que estes agricultores se encontram para convidá-los a fazer parte do Movimento.

1. Introdução

A partir da observação de experiências concretas de movimentos migratórios, percebe-se a abrangência e complexidade deste processo (AQUINO, 2008). Esta complexidade decorre do fato da migração ser “(...) em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico (...), mas o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente” (SAYAD, 1998, p.15). Ademais, quando fala-se em migração, estão implícitos dois processos. A emigração, ou seja, o ato de deixar seu local de origem, e a imigração, que significa a entrada em um território distinto do qual se originou.

Falar de imigração significa, de acordo com Sayad (1998) falar da sociedade como um todo, falar de sua dimensão diacrônica, ou seja, a partir de uma perspectiva histórica e também de sua dimensão sincrônica, ou seja, do ponto de vista das estruturas presentes na sociedade e seu funcionamento, mas, com a condição de não mutilar esse objeto de uma de suas partes integrantes, qual seja: a emigração. Neste sentido, Sayad (1998) coloca a necessidade de não separar os estudos dos processos migratórios, como se houvesse uma divisão do trabalho nas ciências sociais, de modo que alguns pesquisadores se encarregassem apenas em estudar a emigração e seus desdobramentos e outros ficassem à cargo do mesmo em relação a imigração.

Assim, na perspectiva desse autor, não basta apenas pensar na sociedade de imigração, ou seja, naquela que recebe o imigrante (que só existe quando atravessa as fronteiras e pisa no território que assim o denomina), mas torna-se igualmente importante, analisar a sociedade de emigração. Isto porque, conforme o autor, há uma relação

dialética que une as duas dimensões do mesmo fenômeno, a emigração e a imigração, sendo que “o imigrante, antes de nascer para a imigração, é primeiro um emigrante”, ou seja, um sujeito que deixou a sua terra (SAYAD, 1998, p.18). A migração, segundo o autor pode ser entendida como um fato social completo, única característica, segundo o autor, em que há concordância na comunidade científica que se dedica a estudar este tema.

Tão complexa quanto a definição de migração é o entendimento do que vem a ser o imigrante que, segundo Bourdieu (1998b, p. 11) “deslocado no sentido incongruente e importuno, (...) suscita o embaraço e a dificuldade que se exprime em pensá-lo – até na ciência, que muitas vezes adota, sem saber, os pressupostos ou as omissões da visão oficial (...). Diante das dificuldades no entendimento do que significa ser imigrante, Bourdieu (1998b, p. 11) define estes sujeitos como “pessoas deslocadas”, sujeitos privados de um lugar apropriado no espaço social e marcados pelas classificações sociais. Ainda segundo o autor: “Como Sócrates, o imigrante é *atopos*, sem lugar, deslocado, inclassificável. (...). Nem cidadão, nem estrangeiro. E é esta condição que faz dele um incômodo em todo lugar, uma presença ausente” (BOURDIEU, 1998b).

Para Sayad (1998) na imigração está implícito também o princípio simbólico do retorno. Conforme Fazito (2010) emigra-se com a crença de que um dia se retornará para o mesmo “espaço” original, lembrado, frequentemente de forma nostálgica. No entanto, este espaço existe apenas na memória dos indivíduos que o deixaram e o retorno revela diferenças e conflitos incompatíveis com a representação do lugar de que se partiu, já que não só o lugar muda, como mudam também os migrantes, dadas as experiências vivenciadas. Analisar as migrações tendo em vista não só a saída, mas também o retorno significa considerar a circularidade do processo migratório (FAZITO, 2010).

Pequenos agricultores compõem um grupo marcado pelas migrações no Brasil, uma vez que encontraram nos deslocamentos possibilidades de garantir a reprodução social e subsistência da sua família, através do acesso à terra. É neste contexto que se inserem os agricultores conhecidos como brasiguaios. Estes consistem em agricultores brasileiros que se deslocaram de outras regiões do sul do país (em especial do Rio Grande do Sul) e, em menor quantidade, de São Paulo para o extremo Oeste do Paraná e deste estado em direção ao Paraguai, em uma corrente migratória desencadeada a partir dos anos 1960 e que, desde os anos 1980, têm retornado para o Brasil e ingressado na luta pela terra, a partir da ocupação de margens de rodovias ou de terras consideradas improdutivas (ZAAR, 2001).

O presente trabalho objetiva examinar a trajetória migratória de pequenos agricultores brasileiros em direção ao Paraguai e seu retorno ao Brasil, através do ingresso em acampamentos de agricultores sem-terra². Na análise considerara-se as percepções dos próprios migrantes sobre suas trajetórias, em especial, sobre o retorno ao Brasil. Para tanto, é necessário observar, por um lado, os fatores que propiciaram a migração desses indivíduos ou de seus antepassados ao campo no Paraguai, bem como as condições que culminaram no retorno dos brasiguaios ao Brasil. E, por outro lado, torna-se igualmente importante examinar os significados que estes indivíduos atribuem aos itinerários migratórios, e suas percepções em relação as condições de vida, tanto no lugar de partida quanto no de chegada, para entender se este foi um fator que influenciou ou não as migrações.

As informações para subsidiar o trabalho foram colhidas a partir de uma revisão da literatura sobre a temática migrações; levantamento e análise de dados bibliográficos tanto sobre o Brasil quanto sobre o Paraguai e, sobretudo, através de uma pesquisa de campo no Pré-Assentamento Nelson Mandela, localizado no município de Lindoeste, pertencente ao Oeste do Paraná³. O acampamento que deu origem ao pré-assentamento foi fundado em 2006. Atualmente, o Pré-Assentamento possui 34 famílias, cuja maioria é originária do sul do Brasil, tendo também vivido no campo paraguaio antes do retorno ao país. O referido trabalho de campo foi realizado entre maio e junho de 2015 e fundamentou-se nas estratégias de: 1) observação participante que, por sua vez, deu origem a anotações em um caderno de campo, e 2) aplicação de 12 entrevistas semiestruturadas com os agricultores retornados⁴. A escolha do Pré-Assentamento como

² A pesquisa de campo ocorreu no âmbito do projeto “*Entre partir e voltar: uma análise das migrações de saída de agricultores brasileiros para o Paraguai e de retorno dos brasiguaios ao Brasil*”, cujo objetivo principal é o de analisar a trajetória migratória de pequenos agricultores brasileiros em direção ao Paraguai e do retorno de agricultores conhecidos como brasiguaios ao Brasil, a partir do ingresso em acampamentos de agricultores sem-terra, tendo em vista a possibilidade de serem assistidos pela política de reforma agrária ou devido concretização dessa expectativa, com sua instalação em assentamentos da região. O projeto foi apresentado pela autora, na ocasião do *concurso* público de *provas e títulos* para a vaga de docente adjunta da área de Sociologia, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, na qual foi aprovada. Atualmente, o referido projeto encontra-se registrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNILA e está em andamento. Em sua primeira fase contou com a participação de suas bolsistas de iniciação científica, chamadas Eliana Munoz e Jissela Pineda, a quem é preciso agradecer, pelo apoio nas atividades desenvolvidas.

³ Justo (2005, p. 6) explica que no processo de assentar as famílias de agricultores sem-terra, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA estabelece duas fases: a de pré-assentamento e a de assentamento. O pré-assentamento consiste na fase de formação do assentamento, a partir do momento de desapropriação em diante, quando são implementados os serviços de infraestrutura como redes de água e energia, abertura de ruas e estradas, demarcação dos lotes e liberação dos créditos de fomento. Essa fase deve durar dois anos. A última etapa seria a do assentamento propriamente dito, em que as famílias já estariam instaladas e produzindo.

⁴ A pesquisa de campo ocorreu no âmbito do projeto “*Entre partir e voltar: uma análise das migrações de saída de agricultores brasileiros para o Paraguai e de retorno dos brasiguaios ao Brasil*”, cujo objetivo principal é o de analisar a trajetória migratória de pequenos agricultores brasileiros em direção ao

lócus de pesquisa deve-se, sobretudo, ao fato de se configurar em uma área cuja maioria dos agricultores teve uma experiência de vida e trabalho no campo no Paraguai, antes de decidir retornar ao país

A opção pela aplicação de entrevistas por um lado, se deve ao fato do entendimento de que esta estratégia pode permitir ao pesquisador a obtenção de informações detalhadas sobre o tema, por intermédio da visão dos próprios entrevistados, expressadas em seus depoimentos (MINAYO, 1996). E, por outro lado, por serem capazes de proporcionarem uma cobertura mais profunda sobre o assunto em questão e a interação direta entre pesquisador e entrevistados (BONI e QUARESMA, 2005). Nas entrevistas os retornados foram convidados a encontrarem e reencontrarem palavras para contarem as experiências vivenciadas durante seus itinerários migratórios, de modo a construírem as narrativas sobre o retorno. (BOURDIEU, 1998).

As entrevistas abordaram questões como as motivações para os deslocamentos, as estratégias para empreende-los, as condições do local de partida e chegada, bem como as motivações para o retorno ao Brasil. As entrevistas foram gravadas, transcritas e categorizadas. Com a transcrição e análise das entrevistas almejou-se, tendo em vista as observações de Bourdieu (2012, p.10) “fornecer elementos para análise objetiva da posição da pessoa interrogada e à compreensão de suas tomadas de posição”.

Ressalta-se ainda que o artigo conta com mais duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte estabelece-se uma reflexão sobre a vinculação entre a temática migrações e o mundo rural e, em seguida, discute-se o caso dos deslocamentos de agricultores brasileiros para Paraguai e o retorno dos brasiguaios ao Brasil. Na segunda parte são apresentados o caso estudado e os principais resultados. Por fim, são traçadas as considerações finais.

2. Migrações e mundo rural: o caso dos deslocamentos de agricultores brasileiros para o campo paraguaio e o retorno dos brasiguaios ao Brasil

A migração é uma estratégia, comumente, utilizada por um amplo número de agricultores para garantir o acesso à terra, a melhoria de suas condições de vida e/ou no

Paraguai e do retorno de agricultores conhecidos como brasiguaios ao Brasil, a partir do ingresso em acampamentos de agricultores sem-terra, tendo em vista a possibilidade de serem assistidos pela política de reforma agrária ou devido concretização dessa expectativa, com sua instalação em assentamentos da região. O projeto foi apresentado pela autora, na ocasião do *concurso* público de *provas e títulos* para a vaga de docente adjunta da área de sociologia, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, na qual foi aprovada. Atualmente, o referido projeto encontra-se registrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNILA e está em andamento. Em sua primeira fase contou com a participação de suas bolsistas de iniciação científica, chamadas Eliana Munoz e Jissela Pineda, a quem agradecemos pelas atividades desenvolvidas.

limite, a sua sobrevivência. Em diversos momentos históricos e em várias regiões brasileiras, diante desigualdade na distribuição de terras no país, este foi o único recurso posto a estes sujeitos na busca pela manutenção de sua condição de agricultores. Diversos autores das ciências sociais no Brasil se ocuparam em pesquisar esta estratégia, bem como seus significados, especialmente, para aqueles que migram, dentre os quais se encontram Garcia Junior (1989) e Woortmann (1990).

Ao analisar os deslocamentos de trabalhadores rurais nordestinos para a região Sudeste do Brasil, Garcia Junior (1989) observou que a migração consistia em uma estratégia complexa de reprodução da sua condição camponesa, já que tinha o objetivo de financiar a compra de terras no lugar de origem e, assim, garantir um possível retorno ou a possibilidade de seus descendentes melhorarem suas condições de vida escapando da sujeição imposta por grandes latifundiários locais. Para Woortmann (1990) a migração destes sujeitos decorre não apenas da invisibilização de suas condições de existência, mas, é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução e sobrevivência. Assim como para Garcia Junior (1989), na ótica desta autora, migrar pode ser condição para a permanência destes sujeitos enquanto agricultores.

Apesar de muitos trabalhos a respeito da mobilidade dos agricultores no Brasil, como os mencionados acima, centrarem-se na migração da região nordeste para o sudeste, este fenômeno também foi vivenciado por agricultores de outras regiões brasileiras que, da mesma maneira que os nordestinos, encontraram na migração uma possibilidade de garantir a reprodução e subsistência da sua família, o enfretamento da pobreza, bem como a melhoria de suas condições de vida, através do acesso à terra. Dentre estes agricultores, encontram-se os gaúchos, denominação dada à população do Rio Grande do Sul, cujos agricultores são conhecidos, nacionalmente, por sua migração para outras regiões do Brasil, em busca de terras. Para Rocha (2006 p. 9) a ação de se deslocar de um lugar para o outro figura como uma tradição na história de vida deste grupo social que, muitas vezes, é justificada devido a um passado histórico, já que a maioria é descendente de imigrantes europeus do sul do país.

Rocha (2006) ao analisar as migrações de agricultores gaúchos para a região centro-oeste do Brasil, explica que estes, ao migrarem em busca de novas terras, constroem uma identidade e compartilham uma autoimagem de desbravadores e pioneiros. Assim, ao deixarem seu território de origem, carregam consigo representações e referenciais socioculturais que são acionados no território de adoção, como marca distintiva de sua territorialidade o que, rotineiramente, causa conflitos com a população já existente no local de chegada. Em outras palavras, conforme a autora, estes agricultores,

diante do forte vínculo que possuem com o local de partida, reproduzem no local de chegada sua “territorialidade “gaúcha” através de todo um aparato simbólico e a instauração de uma rede regional capaz de articular território de origem/território de adoção (...)” (ROCHA, 2006, p. 6).

É neste contexto de migrações pela busca de novas terras para a prática da agricultura e, por conseguinte por melhores condições de vida, que se inserem os agricultores conhecidos como brasiguaios, sujeitos que se deslocaram de outras regiões do sul do país (em especial do Rio Grande do Sul) e em menor quantidade, de São Paulo, para o extremo oeste do Paraná e deste estado em direção ao Paraguai, em uma corrente migratória desencadeada a partir dos anos 1960 e que, desde a segunda metade da década de 1980, têm feito o caminho contrário, retornando para o Brasil.

O extremo oeste do Paraná foi colonizado a partir dos anos 1940, no governo do presidente Getúlio Vargas, sob a justificativa da necessidade de expansão das fronteiras agrícolas. Para tanto, o governo incentivou empresas colonizadoras a adquirirem as terras da região e as comercializarem com pequenos agricultores do Rio Grande do Sul. Atraídos por um lado, pela propaganda de fertilidade do solo, pela semelhança do clima com o do seu estado e, especialmente, pelo baixo preço da terra e, por outro lado, impulsionados pela fragmentação da terra em suas regiões, devido à partilha por herança, a partir dos anos 1940 e de forma mais intensa nas duas décadas seguintes, os gaúchos passaram a ocupar o Oeste do Paraná (ZAAR, 2001).

No mesmo período em que se davam os deslocamentos dos agricultores gaúchos em direção ao Oeste do Paraná, o Brasil passava pelo processo de modernização da agricultura. Um dos fatores mais importantes deste processo era a oferta de crédito para as atividades agropecuárias. Contudo, a referida política creditícia pressupôs a exclusão de diversos grupos sociais, na medida em que financiamentos eram concedidos apenas para aqueles que tivessem “garantias de pagamento”. Deste modo, se restringiu a grandes proprietários (DELGADO, 2012). Assim, para Müller (1989) a modernização da agricultura brasileira foi localizada econômica, geográfica e socialmente, na medida em que foi direcionada apenas para a manutenção dos interesses socioeconômicos de certos grupos industriais, agroindustriais, financeiros, agropecuários e florestais presentes no campo. Deste modo, conservou a estrutura de poder até então existente no campo, manteve a concentração da terra, ao mesmo tempo em que excluiu do processo modernizante todos aqueles que não possuíam condições de adotá-las. Daí este processo ser conhecido também como “modernização conservadora”.

Dada a situação descrita acima, a permanência do pequeno agricultor no campo brasileiro estava ameaçada. Diante da impossibilidade de competir com a grande propriedade, muitos destes agricultores, dentre os quais se encontram os do Oeste do Paraná, se viram obrigados a venderem as suas terras. Assim, em três décadas, a fronteira se fechou. A solução encontrada por parte de alguns agricultores do Oeste paranaense foi à busca de terras mais baratas no país vizinho. Somaram a estes agricultores, aqueles que receberam indenização pelo alagamento de suas propriedades, em virtude da construção da Usina hidrelétrica Itaipu Binacional, iniciada em meados da década de 1970, bem como os sujeitos que trabalharam na construção da usina (PRIORI e KLAUCK, 2010).

No Paraguai, desde 1963, com a supressão da lei que impedia a venda de terras a estrangeiros, o governo militar de Stroessner (1954-1989) – visando inserir o Paraguai no mercado regional de produtos agropecuários – incentivou a aquisição das terras da parte leste e sudeste do país, sobretudo, na bacia do Rio Paraná, por parte de latifundiários e empresas colonizadoras. Estas, por sua vez, expulsaram muitos camponeses paraguaios de suas terras. Em seguida, através de uma ampla propaganda veiculada pela imprensa e por corretores, as comercializaram com os agricultores brasileiros atraídos pelo baixo preço das propriedades. Segundo Sprandel (1998), as novas colônias – que se concentraram nos departamentos Alto Paraná e Caaguazú – deram origem a cidades como Santa Rita, Naranjal e Santa Tereza. A pequena presença de paraguaios nesta região favoreceu a inexistência de formas contestatórias mais incisivas para a instalação e posterior avanço dos agricultores brasileiros (PRIORI e KLAUCK, 2010; FIGUEREDO e MIGUEL, 2006; SPRANDEL, 1997).

Entretanto, muitos destes agricultores também acessaram as terras no Paraguai por meio de posse ou arrendamento oferecido não só por fazendeiros paraguaios, mas também por grandes fazendeiros brasileiros que, por sua vez, adquiriram terras das empresas colonizadoras. Estes ao invés de utilizarem mão de obra local para desmatar e preparar suas terras para, em um momento posterior, receberem as lavouras ou pastos, contrataram pequenos agricultores brasileiros. Já o objetivo dos arrendatários brasileiros era o de trabalharem a terra de modo a propiciar condições para que, em um futuro próximo fosse possível adquirir uma propriedade em terras no Paraguai (PRIORI e KLAUCK, 2010). Sprandel (2006) assinala que o contato que estes brasileiros desenvolviam com a população paraguaia dependia da localização dos imóveis rurais. Assim, poderia ser praticamente inexistente, para aqueles que trabalhavam em propriedades isoladas e distantes, ou intenso, com a escolarização de seus filhos em

escolas paraguaias. Muitos filhos dos imigrantes brasileiros já nasceram no Paraguai, mas, estes ainda registravam seus filhos em cartórios dos estados do Paraná ou do Mato Grosso do Sul.

Conforme Figueredo e Miguel (2006), o processo de implantação dos colonos brasileiros se iniciava com a exploração florestal e com a produção de madeira nobre, que era exportada para o Brasil, o que favoreceu a capitalização dos primeiros imigrantes. Em um segundo momento, os colonos instauravam, gradualmente, uma agricultura moderna baseada na mecanização e utilização de insumos químicos. Os principais cultivos eram o trigo e a soja, cuja experiência fora adquirida no sul do Brasil. Porém, após a derrubada da mata e a realização dos plantios, as terras se valorizavam, o que os impediam muitos dos novos colonos de comprá-las. Ao passo que para as terras que foram ocupadas por meio de posse, surgiam supostos donos (PRIORI e KLAUCK, 2010).

Sprandel (1997) afirma que os brasileiros na condição de arrendatários destinavam de 20 a 30% da produção aos proprietários dos imóveis rurais e tinham que comercializar o restante da produção com empresas paraguaias. Se tentassem vender a produção em mercados brasileiros, onde poderiam encontrar melhores preços, estariam desrespeitando legislação do Paraguai referente ao contrabando. Ademais, muitos destes agricultores ao comprarem terras receberam títulos de validade duvidosa. Com isso, eram constantemente pressionados a pagar diversas vezes pela mesma propriedade.

Diante do fim dos contratos de arrendamentos, da modernização da agricultura e expansão do agronegócio no Paraguai na década de 1980, bem como da valorização das terras ocupadas pelos pequenos agricultores brasileiros, tanto os arrendatários quanto os supostos donos, começaram a expulsá-los. Para facilitar este processo, estes fazendeiros passaram a incitar os camponeses paraguaios sem-terra, os *carperos*, a se colocarem contra e coagirem os agricultores brasileiros. Estes passaram a reivindicar a revisão dos títulos das propriedades rurais adquiridas pelos brasiguaios nos últimos 40 anos, a ocupar algumas destas propriedades e a acusá-los de comprometer a identidade nacional, dados seus costumes, gerando diversos conflitos (PRIORI e KLAUCK, 2010; FERRARI, 2007).

Assim, por um lado, 1) ante a impossibilidade de aquisição das terras no Paraguai, em virtude dos problemas de legalização fundiária das pequenas propriedades; 2) devido aos conflitos com os *carperos*; 3) e em razão das expulsões sofridas e, por outro, motivados pela esperança de reforma agrária no Brasil, diante da criação do Plano Nacional de Reforma Agrária no Brasil, estes agricultores iniciaram um processo de migração de retorno a partir de 1985. Para tanto, contaram com o apoio político da

Comissão Pastoral da Terra - CPT e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (CORTÊZ, 1994).

Desta maneira, organizaram um acampamento no município de Novo Mundo, pertencente ao Mato Grosso do Sul e passaram a se identificar como brasiguaios, alcunha que se configurou em uma identidade relacionada a luta por terras, tornando-se conhecida⁵. Esta ação desencadeou novos movimentos de retorno para outros municípios próximos à fronteira, através da intermediação do MST (PRIORI e KLAUCK, 2010; FERRARI, 2007). De acordo com Sprandel (1998) o acampamento em Novo Mundo deu resultado. Com objetivo de atender a demanda colocada pelos brasiguaios em outubro de 1985 o governo desapropriou 18.468 hectares em Ivinhema no estado do Mato Grosso do Sul e criou o Projeto de Assentamento Novo Horizonte, atual município de Novo Horizonte do Sul.

Desde então, tendo em vista o acirramento dos conflitos em determinados períodos, que demandam, inclusive, a construção de soluções conjuntas entre o Brasil e o Paraguai, estes sujeitos tem migrado de volta para o Brasil, como o ocorrido em 2010, quando um grupo de 1500 brasiguaios ingressaram no acampamento Antônio Irmão que se localiza as margens da BR-163, em Itaquiraí, município pertencente ao Mato Grosso do Sul, onde até hoje muitos encontram-se acampados. Em virtude das diversas manifestações realizadas por estes sujeitos, a exemplo do fechamento da BR-163 que liga o Mato Grosso do Sul ao Paraná, atualmente, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA tem divulgado ações destinadas a instalar parte destes brasiguaios em assentamentos de reforma agrária que sofrem com a evasão ou uso indevido dos lotes.

Segundo Sprandel (1998, s/p.) os brasileiros que se mantiveram na zona rural do Paraguai e, por conseguinte, na atividade agrícola podem ser divididos em quatro grupos:

1. Proprietários de terra, comerciantes e madeireiros, com documentos regulamentados e estratégias de integração plena para participar da vida política local. Estão localizados em toda fronteira leste paraguaia, com maior concentração territorial nas colônias Santa Rita e Naranjal, no Departamento Alto Paraná. Seriam em sua maioria provenientes dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, descendentes de imigrantes alemães e italianos, e ligados ao tradicionalismo gaúcho.
2. Pequenos proprietários de terras com algumas atividades acessórias (arrendamentos, assalariamento rural, motoristas de caminhões e máquinas agrícolas), espalhados por toda faixa de fronteira. Grande parte está no Paraguai há 20 anos ou mais. Vivem do trabalho familiar, e produzem lavouras comerciais. Entre seus filhos e netos encontramos um sentimento maior de pertencimento ao Paraguai. Atualmente, estão sendo vitimados pelo processo de encarecimento de terras e de concentração fundiária que acontece na região. Deste grupo, que foi o que comprou terras nos projetos

⁵ Sprandel (1998) explica que o termo brasiguai foi criado por estes agricultores que retornaram em 1985 para se diferenciar dos demais setores que lutavam também por terra no Brasil, e para se distinguir do restante da população de brasileiros no Paraguai.

de colonização privada da década de 70, e cujos filhos estão tendo dificuldades de reproduzir sua condição camponesa através do acesso a terras novas, saíram muitas das famílias que em 1985 retornaram organizadamente ao Brasil. 3. Empregados de lavouras, de madeireiras e carvoarias pertencentes à brasileiros. 4. Ex-arrendatários que, após desmatar as grandes fazendas do Alto Paraná onde plantavam hortelã e outras lavouras comerciais, foram deslocados para outras regiões do Paraguai, provavelmente Canindeyú. Não se descarta que muitos deles tenham permanecido na região como "trabalhadores braçais". São os "pretos e pobres" assinalados no documento dos parlamentares brasileiros.

A autora assinala ainda que muitos dos pequenos agricultores que permaneceram no Paraguai continuaram a enfrentar os problemas de regularização da documentação das terras. Assim, a denominação brasiguai é utilizada também por estes sujeitos de modo a denunciar as dificuldades sofridas em relação a legalização de suas terras, e diante do conflito com os camponeses paraguaios. Portanto, conforme Sprandel (1998) uma mesma denominação representa realidades políticas e sociais bastante diferenciadas. Desta maneira, brasiguai pode corresponder somente àqueles brasileiros que se encontram na condição de sujeição no campo no território paraguaio ou pode abranger igualmente os pequenos proprietários de terra. No limite, pode ser utilizado para nomear qualquer brasileiro que vive e trabalha no Paraguai, englobando também os grandes proprietários de terra, comerciantes, colonizadores e empresários. Daí, muitas vezes os brasiguaios serem interpretados apenas como os grandes latifundiários brasileiros produtores, em sua maioria de soja, que se encontram no Paraguai (SPRANDEL, 1998). Assim, apesar da ideia corrente de que os brasiguaios se configuram em grandes proprietários rurais, é preciso ressaltar que nem todos são ricos empreendedores da monocultura de soja. Pelo contrário, a maioria consiste em pequenos agricultores.

3. A trajetória dos brasiguaios: percepções sobre os processos migratórios e o retorno ao Brasil

3.1. A chegada ao Paraguai

Com a realização da presente pesquisa, foi possível perceber que a trajetória dos pequenos agricultores retornados, situados no Pré-Assentamento Nelson Mandela é parecida: migraram do Sul do Brasil para o Paraguai em busca de terras – em geral, em uma situação de fragmentação das propriedades de suas famílias por herança no país de origem. Este é o caso de G.E, agricultora de 56 anos, nascida, em Soledade, município pertencente ao Rio Grande do Sul, mas “*que se criou*” no Paraná, no município de Realeza, devido ao deslocamento de sua família nos anos 1970, do Rio Grande do Sul para o referido estado. Em Realeza, sua família trabalhou sempre como “agregada” em

propriedades de terceiros, a partir de contratos de arrendamento. Conforme a entrevistada:

Olha eu mesmo sou nascida em Soledade de Rio Grande do Sul, de aí eu me criei aqui no Paraná, aqui no município de Realeza. (...) nasci lá depois com três ou quatro anos eu vim pro Paraná me criei no Paraná né. [Os pais] vieram sempre em busca de melhora né, mas toda a vida como pobre nunca alcançaram nem sequer um pedacinho de terra, não conseguiram. Daí me criei, daí casei e fomos pro Paraguai, com a esperança de conseguir um pedaço de terra. (...) [Em Realeza] trabalhava na lavoura, plantava bastante fumo de corda, fumo de garpão, mas sempre assim de agregado, sempre entregando renda (G.E, jun. 2015).

A agricultora assinala que sua família migrou para o Paraguai, em uma região denominada Piqueri, pertencente ao Departamento do Alto Paraná, no final da década de 1970, sendo este deslocamento motivado porque lá já possuíam parentes: “nós fomos acho que em 79 ou 78 pro Paraguai” e “já tinha um irmão que estava lá, tinha um irmão meu lá, tinha um cunhado lá e nós fomos também” (G.E, jun. 2015). G.E tem 5 filhos, quatro deles vivem no Paraguai: “Eu tenho cinco filhos (...) ficou quatro no Paraguai ne, eu tenho um aqui [no Pré-assentamento]” (G.E, jun. 2015).

A senhora M.S, uma agricultora de 70 anos, se encontra no grupo de agricultores, conforme mencionado na seção anterior, que migrou para o Paraguai, ainda na década de 1970. A agricultora, nasceu em Santo Antônio do Sudoeste, viveu em Laranjeiras do Sul e depois em Realeza, todos municípios do Paraná. É viúva e possui 12 filhos. Seis nasceram no Brasil, seis no Paraguai, quatro deles, ainda vivem no último país. Em Realeza chegou a adquirir terras, mas, sua família vendeu a propriedade para migrarem para o Paraguai. Ao ser indagada em como decidiu migrar para o campo paraguaio, em 1977, a agricultora explica:

Isso foi loucura de meus cunhados, eu não queria ir, não queria ir, mas eles falaram “vamos lá!” Daí os irmãos dele [do marido] foram na frente e falaram “vamos lá” [no Paraguai] porque lá é bom, então fomos. (...) nós vendemos [a propriedade que possuíam no Brasil] e fomos ao Paraguai. (...) A gente viveu 27 anos lá é faz 12 anos que estamos aqui (M.S, ago. 2015).

No Paraguai a família da agricultora M.S chegou a adquirir um pedaço de terra em uma localidade chamada Sete Baixas, mas, a propriedade foi afetada pela construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional: “Daí fomos para lá [para o Paraguai] e gostamos. Compramos terra e tudo, mas perdemos tudo lá, porque a Itaipu entrou. Meus cunhados que receberam a indenização, porque era tudo no nome deles” (M.S, ago. 2015). Com a inundação a agricultora e sua família se deslocaram para outra região agrícola no Paraguai, denominada Vinte e Quatro, atualmente, pertencente a cidade de Santa Fé Del Paraguai, que integra o departamento do Alto Paraná. Entretanto, lá, não conseguiram mais adquirir terras. Em suas palavras: “(...), mas não conseguimos mais comprar terra,

só arrendar um pedaço ali outro pedaço aqui. E assim é a vida meu filho que mora lá em San Javier” (M.S, ago. 2015).

O agricultor M.N, de 38 anos, diferentemente das agricultoras G.E e M.S, que migraram para o Paraguai já adultas, deixou o município de Porto Xavier, localizado no Rio Grande do Sul, em direção ao referido país ainda criança, com 11 anos de idade, juntamente com sua família. Na verdade, primeiro seu tio se instalou no campo paraguaio e, em seguida, motivados pelo deslocamento de seu irmão, os pais de M.S. resolveram fazer o mesmo:

Fui aos 11 anos, tinha 11 anos quando foi para o Paraguai (...). Foi através de meu tio, que descobriu primeiro né. Daí nós fomos atrás dele. Ele foi e depois falou que era muito bom lá, que a terra era baratinha para comprar. Daí, resolvemos ir também, meu pai resolveu. Meu irmão tinha dois anos, fui eu, meu irmão, minha mãe e meu pai (M.N, mai. 2015).

O pai e o tio de M.N já faleceram, mas, parte de seus primos ainda vive no campo paraguaio, outros retornaram para o Brasil e foram trabalhar como agricultores no Rio Grande do Sul. “Inclusive meu tio já faleceu. Dos meus primos, os filhos do meu tio, quatro estão por lá no Paraguai, um por Santa Rita também, o resto está pelo Rio Grande, voltaram para lá, trabalham lá (M.N, mai., 2015).

A agricultora E.S, tem 37 anos de idade e dois filhos, ambos já nascidos no Brasil. Além de trabalhar na agricultura, juntamente com seu marido, E.S. é funcionária de uma agroindústria de processamento de carnes, situada na região. A agricultora E.S. nasceu no município de Campo Erê, em Santa Catarina, mas, pouco conheceu a região, isto porque, assim como o agricultor M.N., migrou juntamente com sua família para o campo paraguaio, ainda criança, aos seis anos de idade, conforme explica:

Eu fui para o Paraguai quando tinha uns seis anos. Diziam que lá era melhor né! Daí meu pai achou que ia ser bom, daí foi para trabalhar lá com menta. (...)acho que ele foi porque tinha uns conhecidos dele que foi primeiro que depois voltou aí acabamos indo junto (E.S, mai. 2015).

Assim como a agricultora cujo relato foi apresentado acima, o agricultor A.O, também deixou o Brasil em direção ao Paraguai ainda criança, retornando ao país na adolescência. Nas palavras do entrevistado: “*eu fui com oito meses e me crie lá no Paraguai, a minha vida inteira foi no Paraguai. Com 17 anos voltei*” (A.O, agos. 2015). Sua família morava em Lindoeste, município pertencente ao estado de Paraná. A migração de sua família para a cidade de São Alberto, no Paraguai foi motivada, por um lado, por seu avô materno, que já vivia no Paraguai e, por outro lado, também pelo seu padrasto, que já tinha parentes vivendo lá. Dois de seus irmãos nasceram no Paraguai.

Quando fomos éramos no momento dois, eu e meu irmão mais velho, os outros nasceram lá no Paraguai. Meu avô já morava lá. (...) aí tinha também meu

padrasto né, que vivia com a mãe, e tinha a terra dos parentes dele lá, então fomos morar nas terras do parente dele (A.O, agos. 2015).

Partes da trajetória dos agricultores, apresentadas acima, possibilita perceber que quem migra não o faz sozinho. Comumente, quando o indivíduo decide deixar o seu lugar de origem, conta com o apoio e incentivo de uma rede já organizada, seja de amigos ou parentes, como nos casos relatados acima. Neste sentido, Fazito (2010, p. 93) assevera que “as famílias (...) desempenham um papel (...) com relação à sustentação das redes de apoio social dos migrantes e também no processo de intermediação (travessia) entre origem e destino”.

A partir das entrevistas realizadas é possível perceber que há duas situações relacionadas aos deslocamentos de agricultores brasileiros em direção ao Paraguai, que retornaram ao Brasil e residem atualmente no Pré-assentamento Nelson Mandela: a primeira refere-se aos agricultores que se deslocaram já na idade adulta, à procura de melhores condições de vida que, por sua vez, passava pelo desejo de aquisição de um pedaço de terra. A segunda, diz respeito àqueles que migraram para o Paraguai ainda criança, acompanhando seus pais, como nos exemplos de M.E, E.S e A.O, relatados acima.

3.2. O trabalho no campo paraguaio

Após se deslocarem para o campo paraguaio, em geral, os agricultores brasileiros entrevistados, arrendavam terras de fazendeiros também brasileiros. Neste processo é interessante destacar as estratégias utilizadas pelos grandes fazendeiros em sua maioria, produtores de soja brasileiros, para a não fixação destes agricultores nas propriedades onde trabalhavam, tanto para a implantação da fazenda, quanto em pequenos lotes arrendados, onde instalavam suas moradias. Estes fazendeiros contratavam pequenos agricultores brasileiros para trabalharem em uma propriedade. Estes agricultores se estabeleciam com suas famílias na propriedade e, comumente, arrendavam um pedaço de terra na mesma. Quando se findava o trabalho de derrubada da mata e introdução dos cultivos, o que durava de dois a três anos, esses agricultores eram deslocados para outra propriedade do mesmo fazendeiro ou então eram demitidos. Assim, procuravam emprego em outra fazenda. O agricultor M.N. nos explica como funcionava esse sistema:

Daí nós fomos para lá [Santa Rita] e arrendamos um pedaço de terra, que o cara deu para nós trabalhar 3 anos, assim de arrendo. Depois saímos desse lugar e fomos pra outro lugar, nas mesmas condições, assim pagando arrendo (...) (M.N, mai., 2015).

M. N.: (...). Derrubamos o mato e plantamos. Tinha que derrubar, cortar, queimar os paus.

Entrevistadora: E essa madeira? O que vocês faziam com ela?

M.N.: Queimava.

Entrevistadora: Não era madeira para casa?

M.N.: Era, mas nessa época madeira era o que mais tinha, cortava aos montes e queimava (M.N, mai, 2015).

O agricultor A.O, traz um relato semelhante ao de M.N: “trabalhávamos desmatando. Era tudo mato né, fomos desmatando. Quando penso que já estava tudo destocado(...). Ficou a terra mesmo, depois de desmatado, fomos cultivando a plantação” (A.O, agos. 2015). Já a agricultora G.E, além de destacar o trabalho na derrubada da mata, fala da introdução da hortelã, atividade que, em muitas propriedades precedia o estabelecimento das lavouras de soja: “era bastante mato, a gente derrubava o mato e queimava a roça nova né, era mesmo tudo pra hortelã (G.E, jun. 2015). O agricultor M.N. observa que quando a terra já estava preparada, a mata derrubada, de modo que o trabalho se tornava mais fácil e rentável, em geral, o proprietário findava o contrato de arrendamento.

A maioria [das terras] era mato né. A gente plantava por três anos, outros até 5 anos, daí o patrão chegava e mandava desocupar tudo. Aí, quando a terra estava mais preparada, você tem que entregar, e ali procurar outra terra, é assim que funciona (M.N., mai, 2015).

Assim, os agricultores se deslocavam para outras propriedades, arrendavam novas terras e começavam todo processo novamente, ainda que fosse em outras propriedades do mesmo fazendeiro.

3.3. A impossibilidade de aquisição e regularização das propriedades

No Paraguai, apenas uma pequena parte dos entrevistados conseguiu adquirir um pedaço de terra. A maioria comprou o que chama de “direito” de explorar a propriedade, mas, nunca conseguiu reunir a documentação necessária para regularizá-la. Neste sentido, os agricultores entrevistados destacam a insegurança jurídica em relação as mesmas, insegurança essa justificada pela dificuldade de documentação. Tal fato é evidenciado no relato do agricultor M.N.

Na verdade, propriedade que eu tinha comprado uma vez um hectare, mas era um direito, que depois vendi. Era tipo um direito né. (...) Funcionava assim, até hoje lá funciona assim no Paraguai: você vai e pega a terra, compra um direito, (...) depois pega e vende o direito, lá não tem documentação (M.N. mai. 2015).

Assim como M.N, G.E, juntamente com sua família, também trabalhou no campo paraguaio na condição de arrendatária e, com suas economias adquiriu “um direito de terra” no referido país:

Ah! Foi bem sofrido, meu Deus do céu! Aí chegamos lá e encostamos lá com meu cunhado e meu irmão. Daí já arrendemos um pedaço de terra, e já fomos morar separado. Fomos lutando, lutando, compremos um pedacinho de terra. Lá eles falavam que era direto de terras, sem documento, não é? E aí fomos indo. Nós nunca tivemos terra documentada. É muito difícil documentar a terra no Paraguai.

A gente é migrante, daí já é mais difícil. Precisava a pessoa ter bastante dinheiro né, pra comprar a terra já legal, pra gente pobre já era difícil. (...) A primeira terra que nós compramos lá era um direito de quatro alqueires, depois nós trocou aquele direito por vinte alqueires (G.E, jun., 2015).

3.4. As principais dificuldades no campo Paraguaio e as motivações para o retorno ao Brasil

Das dificuldades enfrentadas pelos agricultores brasileiros no Paraguai, o acesso a saúde que, em geral é pago, é a questão mais citada. Dona N.W, agricultora de 53 anos, gaúcha, casada, oriunda do município de São Paulo das Missões, no Rio Grande do Sul, e mãe de duas filhas, destaca que a principal motivação para o retorno de sua família ao Brasil foram as complicações de saúde da sua filha mais velha:

Aí nós ganhamos um dinheirinho e compramos uma terra em Santa Rita. Estávamos fazendo nossa casa e daí a menina ficou doente. A doença levou esses dois lotes. Nós não tínhamos mais dinheiro pra pagar, nós tínhamos que vender os lotes, vendemos os lotes pra sustentar ela. Foi indo e fomos vender os móveis, vender a geladeira, a televisão... aí, quando olhei, parei assim e disse ao meu velho: *“nós vamos ter dinheiro só pra um mês mais, e daí o que vamos fazer?”* Chegou no meio da semana de Natal e ano novo, ele [o marido] passou o Natal e foi para os barracos [acampamento do MST], veio pro Brasil (N.W, mai., 2015).

O desejo de se aposentar como agricultor também é um importante fator que influencia na opção pelo retorno ao Brasil, já que no Paraguai esta condição é impossível:

O agricultor pode se preparar aqui para aposentar. Tem que se preparar com os blocos, as notas. No Paraguai não tem isso, pode ser que venha mais tarde, mais cedo. Quando nós viemos do Paraguai pra cá quisemos logo ter bloco, nós não tínhamos terra, mas arrendamos um lote e plantamos coisa nossa, garantia nossa (N.W, mai., 2015).

Como N.W, a agricultora M.S, explica que a possibilidade de se aposentar como agricultora no Brasil, juntamente com as dificuldades em obter a documentação necessária para se legalizar no Paraguai e pelas possibilidades de acesso a determinadas políticas públicas, contribuíram para seu retorno:

[Viver no Paraguai] foi ruim implicava em muitos documentos (...). A documentação era difícil, a de imigrante era cara não tinha condições. Lá [no Paraguai] não tem como se aposentar, então por isso saí. Aqui se consegue aposentar como boia-fria(...). Foi bom voltar pela saúde, porque me aposentei, ficou melhor para mim também, pelos filhos pela Bolsa Família que eu ganhei pelos piás e agora os netos também estão ganhando (M.S, ago. 2015).

Assim como ocorre nas migrações de saída do Brasil em direção ao Paraguai, as migrações de retorno em direção ao acampamento de agricultores sem-terra são apoiadas por uma rede de parentes e amigos. O Agricultor M.S, explica como foi o retorno de sua família, no ano de 2007, para um acampamento de reforma agrária que, depois se transformou no Pré-assentamento Nelson Mandela e destaca que sua cunhada já vivia na área.

Voltamos em 2007. Na verdade, a dificuldade no acampamento era que eu não conhecia um acampamento. Tinha visto na televisão, quando falavam, mas no acampamento não tinha vindo. Minha cunhada que chegou primeiro. Cheguei e fiz um barraquinho, não sabia nem fazer um barraco.

Além desta rede outro importante fator responsável por motivar o retorno dos pequenos agricultores brasiguaios ao país é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, através da ação de seu setor conhecido como frente de massas”. De acordo com Medeiros (2014) a frente de massas é o setor onde se forma a conscientização dos novos integrantes do Movimento através dos trabalhos de base. Seus membros tem a missão de se deslocarem para outras localidades, conhecerem a questão agrária local e a situação dos sem-terra de modo reunir novos grupos de família de agricultores sem-terra, para organizarem novas ocupações. Neste sentido, a frente de massas é responsável pela expansão e territorialização do Movimento.

No caso estudado, integrantes do MST visitaram as diversas áreas do Paraguai ocupadas pelos pequenos agricultores brasiguaios, de modo a convidá-los a ingressarem no Movimento e, por conseguinte, a retornarem ao Brasil a partir da ocupação de áreas consideradas improdutivas. Assim, segundo o agricultor D.S., a frente de massas foi e ainda é responsável por motivar e apoiar o retorno de agricultores brasiguaios ao país, apoiando, quando necessário, o deslocamento daqueles que não tem condições financeiras para retornarem.

Entrevistadora: a outra vez que a gente estava conversando, o senhor tinha me falado que o MST fazia um trabalho de base lá no Paraguai.

D.S: (..) Fazia e vai ter que fazer de novo! Hoje os companheiros que chegaram de Curitiba já falaram que cada um dos assentados tinha um compromisso de arrumar pelo menos uma família para vir acampar, porque vai ter muita terra que vai ser desapropriada e que vai faltar gente para futuros assentamentos. Teria que ter um compromisso de massificar. **Se chama de massificação, você buscar companheiros que tão na dificuldade e que querem voltar ao Brasil (...).**

Quando relatam as dificuldades em relação ao retorno, os principais elementos que emergem nos depoimentos dos pequenos agricultores são o longo período de espera que atravessam para que recebam um lote de terra, as decisões judiciais de desfazerem os acampamentos e as sucessivas mudanças de áreas, bem como a impossibilidade de construir uma casa no Pré-Assentamento, já que ainda não se tem a garantia de que a área ocupada será regularizada. Estas preocupações podem ser vistas no relato da senhora M.A (mai., 2015): “Aqui não posso construir uma casa, porque ninguém sabe onde vai ser, onde vai ficar, assim nós vamos navegando, tocando o barco”.

4. Considerações finais

Com a realização da presente análise, foi possível perceber que a trajetória dos pequenos agricultores retornados situados no acampamento Nelson Mandela é parecida: 1) migraram do Sul do Brasil para o Paraguai em busca de terras, e em uma situação de fragmentação das propriedades por herança no Brasil, 2) trabalharam para fazendeiros brasileiros na instalação das propriedades, derrubando a mata nativa, plantando soja, etc., 3) alguns adquiriram o que chamam de “direito” de determina propriedade de terra, mas, diante da falta de documentação não conseguiram regularizar a propriedade adquirida. No que diz respeito a propriedade de terras no Paraguai, os agricultores entrevistados destacam a insegurança jurídica em relação as mesmas, insegurança essa justificada pela dificuldade de documentação.

Neste processo, é interessante destacar uma das estratégias utilizadas pelos grandes fazendeiros em sua maioria, produtores de soja brasileiros, para a não fixação destes agricultores nas propriedades onde trabalhavam, tanto para a implantação da fazenda, quanto em pequenos lotes arrendados. Estes fazendeiros contratavam pequenos agricultores brasileiros para trabalharem em uma propriedade. Estes agricultores se estabeleciam com suas famílias na propriedade e, comumente, arrendavam um pedaço de terra na mesma. Quando findava-se o trabalho de derrubada da mata e introdução dos cultivos, o que durava de dois a três anos, esses agricultores eram deslocados para outra propriedade do mesmo fazendeiro ou então eram demitidos. Assim, procuravam emprego em outra fazenda.

Com as entrevistas é constata-se também que o retorno dos pequenos agricultores brasileiros do Paraguai para o Brasil é influenciado por um lado, pela impossibilidade de aquisição de terras no Paraguai e pela na dificuldade de obtenção da documentação necessária para a permanência no país, motivo agravado pelo crescimento da fiscalização por parte do Paraguai. E, por outro, pela busca de serviços e políticas públicas disponibilizados no Brasil, mas, que não existem no Paraguai ou não abrangem os brasileiros, como acesso à saúde pública, transporte escolar e, sobretudo, a aposentadoria como trabalhador rural. Portanto, retornar, neste caso, significa ter a possibilidade de acesso a uma série de políticas públicas como transporte escolar, aposentadoria como trabalhador rural, acesso gratuito à saúde, programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e, sobretudo, de aquisição de um pedaço de terra, de modo que seja possível garantir a condição e identidade de agricultor.

Estes sujeitos, assim como os pequenos agricultores que migram também dentro do próprio país, como assinalado por Garcia Junior (1989) e Woortmann (1990), entendem os deslocamentos como uma estratégia de reprodução social de suas famílias no campo. O retorno muitas vezes é impulsionado, como bem demonstrou Sayad (1998), por uma imagem nostálgica do país que se deixou, no caso dos agricultores estudados, essa imagem é fraturada quando se deparam com as dificuldades que a lona preta os colocam. Entretanto, mesmo com todos os percalços vivenciados em um acampamento, entendem que voltar foi a melhor estratégia, frente a situação vivenciada no Paraguai.

5. Referências Bibliográficas

AQUINO, Silvia lima de. *A Caminho do Campo: As Relações entre Reforma Agrária e Migrações rural-urbano-rural e urbano-rural. Um Estudo de Caso em Campos dos Goytacazes – RJ. Dissertação* (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais.** Rev. Elet. dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº. 1. jan./jul. p. 68-80. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação.** Campinas: Papirus, 2007.
_____. A ilusão biográfica. In: M. FERREIRA e J. AMADO (eds.), **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro, FGV. 1998.

_____. Um analista do inconsciente. In: **A Migração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998b.

_____. **A miséria do mundo.** 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário.** São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CORTÊZ, Cácia. **Brasiguaios: os refugiados desconhecidos.** s. l.. Brasil Agora, 1994.

DELGADO, Guilherme da Costa. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio. Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FAZITO, Dimitri. Análise de redes sociais dos sistemas de migração: dois aspectos fundamentais do retorno . In: **Rev. Brasileira de Ciências Sociais** v. 25, p. 89-176, 2010.

FERRARI, Carlos Alberto. *Brasiguaios na fronteira: luta pela terra, violência e precarização do trabalho no campo e na cidade.*In: **Rev. Pegada**, Vol. 8, No 2 2007.

Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1646/1574>. Acesso: jun. 2014.

FIGUEREDO, Oscar Agustin Torres ; MIGUEL, Lovois Andrade. A modernização da agricultura e os Brasiguaios no Paraguai. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2006, Fortaleza. **Anais...**Disponível em: www.sober.org.br/palestra/5/970.pdf. Acesso: jun. 2014.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. O Sul: **Caminho do Roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero. Editora UNB, 1989.

JUSTO, Marcelo Gomes. “Exculhidos”: ex-moradores de rua como camponeses num assentamento do MST. **Tese** (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2005.

MATOS, Cristina. **Migrações: decisões individuais e estruturas sociais**. Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa, 1993.

MEDEIROS, Arthur. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Princípios, Características, Organização e formas de luta. **Revista. Fac. Dir.** , Fortaleza, v. 35, n. 2 , p. 59-86 , jul/dez., 2014

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. Série Estudos Rurais nº 10. São Paulo: HUCITEC/EDUC, 1989.

MUNIZ, Jerônimo Oliveira. **Um ensaio sobre as causas e características da migração**. Mimeo. 2002.

PRIORI, Angelo A.; KLAUCK, Roberto Carlos. O retorno dos brasiguaios. In: **Rev. Espaço Acadêmico** (UEM), v. 10, p. 95-102, 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/10260>. Acesso: nov. 2013.

ROCHA, Betty Nogueira. Quem anda pra trás é caranguejo - O migrante gaúcho e a sua condição provisório-permanente. In: VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, 2006, Quito-Ecuador. **Anais...** Disponível em: <http://www.alasru.org/>. Acesso: jun. 2014.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. **Travessia**, v.13, N. Esp., p.7-32, jan. 2000.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , n. 20, 2002 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 Nov. 2013.

SPRANDEL, Marcia Anita. A terra é estrangeira, mas a da minha roça é igual. In: XXII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu, 1998. **Anais...** Disponível em: www.biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/anpocs/spran.rtf. Acesso: jun. 2014.

_____. Brasileiros de além-fronteira: Paraguai. 1997. **Anais...** V Congreso de Antropologia Social. Argentina, La Plata. Disponível em: <http://www.naya.org.ar/congresos/contenido/laplata/LP4/15.htm>. Acesso: jun. 2014

_____. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. In: **Rev. Estud. av.**, São Paulo , v. 20, n. 57, Aug. 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso jun. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000200011>

WOORTMANN, K. **Migração, família e campesinato**. Revista Brasileira de Estudos de População, jan-jun. 1990.

ZAAR, Miriam. A migração rural no Oeste do Paranaense /Brasil: a trajetória dos “brasiguaios”. In: **Rev. Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, n.94 (88), 2001.